

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL – UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

GUSTAVO FARIA PERES

RU: 3282047

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A REDUÇÃO DA
MISÉRIA NO BRASIL E SEUS DESAFIOS**

CASCADEL – PR

2024

GUSTAVO FARIA PERES

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A REDUÇÃO DA
MISÉRIA NO BRASIL E SEUS DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Esp. Diego Eduardo Batista Ivasco

CASCADEL – PR

2024

GUSTAVO FARIA PERES – RU: 3282047

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A REDUÇÃO DA
MISÉRIA NO BRASIL E SEUS DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC Monografia, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em 16 setembro de 2024.

*A vida (com menos conformismo e mais
resistência).*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus.

A meu irmão gêmeo (*in memoriam*).

A mim mesmo, por nunca ter desistido apesar de todas as dificuldades encontradas no caminho.

“O único lugar aonde o sucesso vem
antes do trabalho é no dicionário.”

(ALBERT EINSTEIN)

RESUMO

A trajetória do Serviço Social no Brasil destaca-se através de diversos marcos históricos, como a sua origem influenciada pela Doutrina Social da Igreja Católica e consolidação na Escola de Serviço Social de São Paulo em 1936, sua regulamentação e, criação dos principais conselhos federais e regionais da profissão, permitindo sua formalização. A importância da Constituição Federal de 1988 estabeleceu a assistência social como dever do Estado, que foi reforçada pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993. A profissão só obteve seu perfil ético-político durante o Movimento de Reconceituação na década de 1970, alinhando-o mais com a realidade latino-americana e visando a construção de uma sociedade justa e democrática. Com a implementação do Programa Bolsa Família em 2003, houve um impacto significativo na redução da pobreza e da fome no Brasil, destacando a importância das políticas públicas integradas para a promoção da equidade social. O objetivo do trabalho é analisar a trajetória histórica e a evolução do Serviço Social no Brasil, destacando os marcos legais e a regulamentação da profissão, bem com o impacto das políticas sociais, com ênfase no Programa Bolsa Família, na redução da pobreza e na promoção da justiça social de acordo com as transformações socioeconômicas e políticas do país. Os resultados obtidos indicam que o programa foi determinante na redução das taxas de pobreza extrema e que não apenas aliviou a pobreza imediata, mas também contribuiu para a melhoria dos indicadores de saúde, educação e segurança alimentar. O impacto da mortalidade infantil, por exemplo, com redução de 16% na mortalidade de crianças entre 1 e 4 anos, bem como, o aumento da participação escolar de meninas e progressão entre séries, consideradas influências diretas do Bolsa Família. Além disso, é ressaltado a importância dos assistentes sociais na operacionalização dessas mudanças devido a sua responsabilidade no acompanhamento das condicionalidades do programa e a mediação entre os beneficiários e o Estado, garantindo que seus direitos fossem respeitados e ampliados. Apesar de suas limitações, o programa cumpriu um papel essencial na promoção da justiça social e mitigação das desigualdades regionais.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Assistência Social. LOAS. CFESS.

ABSTRACT

The trajectory of Social Work in Brazil stands out through several historical milestones, such as the origin influenced by the Catholic Church's Social Doctrine and consolidation at the Social Work School of São Paulo in 1936, the regulation and the creation of the main federal and regional councils of the profession, allowing its formalization. The importance of the 1988 Federal Constitution established social assistance as a duty of the State, further reinforced by the Organic Law of Social Assistance in 1993. The importance of the 1988 Federal Constitution established social assistance as a duty of the State, further reinforced by the Organic Law of Social Assistance in 1993. The profession only acquired an ethical-political profile during the Reconceptualization Movement in the 1970s, aligning with the Latin American reality, aiming at the construction of a just and democratic society. With the implementation of the Bolsa Família Program in 2003, there was a significant impact on poverty and hunger reduction in Brazil, highlighting the importance of integrated public policies in promoting social equity. The aim of this work is to analyze the historical trajectory and evolution of Social Work in Brazil, highlighting the legal milestones and regulation of the profession, as well as the impact of social policies with emphasis on the Bolsa Família Program, in reducing poverty and promoting social justice, in line with the country's socioeconomic and political transformations. The results obtained indicate that the program was decisive in reducing extreme poverty rates, not only alleviating immediate poverty but also contributing to improvements in health, education and food security indicators. For example, child mortality saw a 16% reduction in mortality among children aged 1 to 4, as well as increased school attendance and grade progression among girls, considered direct influences of the Bolsa Família Program. Additionally, the importance of social workers in facilitating these changes is emphasized due to their responsibility in monitoring the program's conditionalities and mediating between beneficiaries and the State, ensuring that their rights were respected and expanded. Despite its limitations, the program played an essential role in promoting social justice and mitigating regional inequalities.

Key-words: Social Policies. Social Assistance. LOAS. CFESS.

LISTA DE SIGLAS

APS	Atenção Primária a Saúde
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	Medida Provisória
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAS	Política Nacional de Assistência social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	HISTÓRICO DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	16
2.1	EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	17
2.1.1	A origem do Serviço Social no Brasil	17
2.1.2	Desenvolvimento ao longo do século XX.....	18
2.2	MARCO LEGAL E REGULAMENTAÇÃO	20
2.3	PRINCIPAIS PROGRAMAS E INICIATIVAS ANTES DO BOLSA FAMÍLIA	21
3	ANÁLISE DOS ÍNDICES DE REDUÇÃO DA POBREZA E MISÉRIA NO BRASIL PÓS-PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	23
3.1	CONTEXTO E IMPLEMENTAÇÃO	23
3.1.1	Situação da pobreza e desigualdade de renda no Brasil	23
3.1.2	Implementação e impactos diretos do programa Bolsa Família	26
3.2	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA.....	28
4	IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	31
4.1	IMPACTO ECONÔMICO.....	32
4.2	IMPACTOS NA EDUCAÇÃO.....	33
4.3	SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	34
4.4	O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
6	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A formação de uma sociedade é influenciada pelas diversas transformações sociais ocorrentes ao longo de décadas, sendo representadas a partir de vários eventos históricos. O Brasil, tendo sido uma colônia de Portugal, as tradições monárquicas, a extração de recursos naturais e a exploração da mão de obra de escravos, se tornam alguns aspectos fundamentais que exerceram uma grande atuação nos grandes acontecimentos da história do país, resultando em problemas ainda presentes na contemporaneidade (Caputo *et al.*, 2021).

A organização social brasileira é resultado de uma intensa miscigenação de imigrantes, especialmente, entre europeus e africanos, sendo que os africanos, foram vítimas de tráfico humano, servindo de mão de obra escrava durante o período colonial e tendo seus direitos civis negados (Caputo *et al.*, 2021; Neves, 2019). Os autores também reforçam que tais características impactaram diretamente no seu desenvolvimento, principalmente, durante os anos pós-enfraquecimento da monarquia portuguesa. A Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, popularmente conhecida como Lei Áurea, instituiu o fim da escravidão no Brasil (Brasil, 1888). No entanto, ao passo em que os escravos se encontravam libertos, muitos deles viviam marginalizados, sem qualquer oportunidade trabalhista e, ainda, perseguidos por leis que proibiam a chamada “vadiagem”, problema relatado por Silva (2019). O autor também comenta que, pessoas recém libertas não estavam livres, pois, muitas vezes, sem emprego, renda e moradia, acabavam detidos.

A estrutura social do Brasil, por exemplo, foi moldada a partir de uma série de transformações políticas, sociais e econômicas ao longo do século XX. As duas guerras mundiais, a consolidação das leis trabalhistas, o período de ditadura militar, a redemocratização do Brasil e a criação da Constituição de 1988 são alguns dos eventos significativos desse período, bem como a criação do Plano Real, na qual, de acordo com Varaschin (2024), também foi um marco muito importante na luta contra a inflação. No entanto, apesar dessas mudanças, a desigualdade social e de classes ainda são predominantes atualmente, pressionando o governo federal a intensificar seus esforços para implementar políticas que democratizam o acesso aos direitos constitucionais, como habitação, saúde, alimentação, educação e saneamento básico, tentando reduzir as disparidades sociais ainda existentes, algo que ganhou força após os anos 2000 (Lotta; Gonçalves; Bitelman, 2014; Paes-Souza, 2014).

Para atenuar os impactos desta formação histórica e assegurar a inclusão social, o poder público tem se empenhado em criar políticas de assistência social e ações afirmativas que garantam os direitos fundamentais previstos na Constituição.

Em 2004, foi consolidado a PNAS, como um instrumento orientador da responsabilidade do Estado, que visa superar a visão de que a assistência social é apenas assistencialista ou baseada na caridade, estabelecendo parâmetros que orientam as políticas sociais em termos de princípios, objetivos e gestão (Brasil, 2004). Esse documento é crucial para assegurar que as ações de assistência social sejam estruturadas de maneira eficaz, abrangendo desde a definição de seu público-alvo até a gestão e financiamento das iniciativas, na qual foi colocado em prática durante os anos 2000 a 2007, com o aumento do orçamento dos principais programas de assistência (Rocha, 2006). Desta forma, pode-se estabelecer que o poder público brasileiro possui um compromisso em instituir em suas esferas municipais, estaduais e federal, políticas que visam diminuir a desigualdade, tendo em vista que uma característica mútua entre os usuários destas políticas de assistência social é a pobreza, conforme reforçam Souza, Mexko e Benelli (2022).

No ano de 2003, durante a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi promulgada a MP nº 132, com a criação do PBF (Brasil, 2003), que teve como objetivo reduzir os índices de miséria e fome no Brasil ao unificar programas sociais como o Auxílio Gás, Fome Zero, justo ao Cadastro Único (Santos *et al.*, 2019; Weissheimer, 2006). O primeiro repasse do programa foi realizado em outubro de 2003, com um valor médio de R\$ 73,67 por beneficiário. De acordo com Souza *et al.*, (2019), os resultados dessa política foram notáveis, contribuindo significativamente para a retirada do país do mapa da fome, destacando o impacto positivo de uma abordagem integrada e coordenada na assistência social. No entanto, o acesso à alimentação ainda enfrenta muitos desafios, especialmente devido à má gestão dos recursos orçamentários e ao desinteresse dos governantes, como por exemplo, a garantia de alimentação e outras intervenções de assistência social no período escolar, possuem efeito significativo na matrícula e frequência escolar (Bezerra, 2009). A longo prazo, esses efeitos promovem uma melhora na distribuição de renda e no bem-estar social, principalmente quando essas políticas são aliadas a outras iniciativas, como o PBF (Santos *et al.*, 2019).

Vale ressaltar que diferentes gestões federais, com ideologias divergentes, estiveram frente ao comando do PBF, fazendo com que a adesão, atenção,

priorização e disponibilização orçamentária sofresse alterações, como a alteração da Lei nº 8.742, com a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, instituindo o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, com o objetivo de substituir o PBF (Brasil, 2021). Desse modo, devido a fragilidade econômica estabelecida historicamente a determinados grupos sociais, conforme definido pelo PNAS, é responsabilidade do Estado promover medidas públicas de assistência social para garantir além dos direitos fundamentais dos indivíduos, mas, de bem-estar social e cidadania, independente de credo, gênero, raça, cor, posicionamento político e ideológico, sendo uma intervenção que deve incidir diretamente sobre a necessidade, de modo singular e individual, mesmo que atinja as massas (Brasil, 2004; CFESS, 1993). É fundamental para o profissional Assistente Social conhecer os programas e políticas públicas existente no país, buscando compreender sua importância perante a sociedade, seus aspectos positivos e negativos, bem como os desafios que envolvem as políticas de ações afirmativas e assistência social.

A opção por esta temática surge ao analisar os altos índices de desigualdade constituídos no Brasil e suas resoluções nacionais, que criam parâmetros e legislações de assistência social a fim de diminuir o nível de desigualdade e promover uma globalização dos direitos fundamentais com alimentação, educação e habitação. A assunto torna-se relevante a medida em que se observa os impactos de políticas públicas voltadas para a assistência social atualmente, visto que mesmo antes do período pandêmico, diversas famílias viviam em situação de miséria, não possuindo ao menos três refeições diárias (Gomes; Pereira, 2005). Durante o período pandêmico, iniciado aproximadamente em março do ano de 2020, o qual durou aproximadamente dois anos, a situação emergencial de isolamento social provocou um aumento significativo nos números de famílias que passaram por dificuldade financeira e vulnerabilidade socioeconômica, mesmo com medidas governamentais, como o auxílio emergencial somado ao recebimento do bolsa família (Santos *et al.*, 2020; Boschetti; Behring, 2020).

Assim sendo, a pesquisa busca desmistificar preconceitos, buscar dados estatísticos e expor os impactos positivos do PBF, iniciado no Brasil em 2003. Além disso, averiguar como os índices de miséria e pobreza foram reduzidos desde a implementação do programa, a partir da exposição e análise de dados quantitativos, disponibilizados por fontes governamentais brasileiras, comparando as informações ao longo dos anos e durante o período de pandemia de COVID-19.

Analisar o surgimento histórico, de forma que crie um alinhamento do tempo relacionada às políticas de assistência social e ao PBF, prova a importância e a necessidade do fortalecimento deste tipo de política. A partir deste tipo de intervenção, o governo de um país como o Brasil pode criar métodos e mecanismos que promovem uma maior igualdade social, não somente para a garantia de alimentação, mas também para as outras áreas do direito fundamental, como: saneamento básico, habitação, educação e saúde.

A presente Monografia tem como principal objetivo comparar e sintetizar os impactos da implementação de políticas de assistência social, do PBF e do trabalho do Serviço Social nas diversas esferas da sociedade para a redução da miséria no Brasil, dando ênfase nas suas contribuições para a redução da miséria no Brasil e seus desafios. O problema abordado é referente aos resultados obtidos no esforço de reduzir a miséria no Brasil e quais os desafios futuros desta política, enquanto aos objetivos específicos: a) Reunir informações históricas da profissionalização do serviço social e do surgimento de políticas de assistência social no Brasil. b) Analisar os índices de redução da pobreza e miséria no Brasil ao longo dos anos posteriores à criação do Programa Bolsa Família. c) Sintetizar os impactos da implementação do programa Bolsa Família nas diversas esferas da sociedade para a redução da miséria no Brasil e a intervenção do Serviço Social.

Quanto a metodologia empregada, têm-se como base o materialismo histórico-dialético, pois enfatiza-se a produção histórica social e de intervenção do homem na natureza e suas contradições (Thalheimer, 2014). Neste sentido, este método se caracteriza por trazer a teoria e a materialidade da vida social de forma conjunta, inseparável, de modo com que não seja possível realizar uma análise sem a devida referência teórica somada ao fato de o homem estar postulado como um ser social, o qual é fruto do trabalho, justificando-se pela análise da sociedade em sua realidade histórica e material (Souza; Meirelles; Lima, 2016).

Esta pesquisa fundamenta-se a partir da revisão de literatura, realizada de forma quali-quantitativa em fontes governamentais estatísticas, como o IBGE, artigos e livros, bem como obras e fontes com informações históricas e científicas acerca do Serviço Social, políticas de assistência social e o PBF. Para a coleta de dados optou-se pela pesquisa bibliográfica, que consistem em:

[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais (filmes e televisão). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado, sobre determinado assunto, inclusive, conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas, quer gravadas (Lakatos; Markoni, 2003, p. 183).

A partir da pesquisa bibliográfica, buscou-se uma revisão sistemática de literatura para traçar uma relação entre o fenômeno estudado e fatores relacionados, isto é, buscando a ligação entre a realidade histórica e a teoria a partir dos preceitos fundamentados à luz do serviço social e a questão social (Lakatos; Markonis, 2003). Após a seleção das palavras-chave para a pesquisa, foram escolhidas obras com base em seus títulos e resumos relevantes, levando em consideração: serviço social, política social, Programa Bolsa Família, e assistência social; sempre destacando aquelas que não se adequavam ao escopo do estudo. Os artigos restantes foram então lidos integralmente e apenas aqueles que contribuíam diretamente para com os objetivos da pesquisa foram mantidos da revisão. Para fins de pesquisa, apenas dados cujo idioma português foram selecionados. Em relação a fundamentação teórica, a partir de artigos científicos e publicações literárias, foram selecionadas obras na qual a data de publicação é posterior ao ano de 2000.

Por se tratar de uma pesquisa já debatida por vários anos e possuir uma grande relevância perante a questão social do Brasil, a importância do PBF, assim como outras políticas de assistência social, possui um grau de grande interesse não somente por sua contribuição no âmbito da busca para redução da desigualdade, mas também por sua importância política (Burlandy *et al.*, 2007). A partir de uma fundamentação teórica científica, pode-se compreender a significância de um determinado tema, especialmente, para as áreas e objetos de estudo do serviço social. Desta forma, o presente trabalho discorre sobre a análise de dados coletados, privilegiando a investigação do conteúdo abordado e suas representações perante a sociedade, a partir de algumas técnicas e instrumentos, visando garantir a abrangência e precisão das informações.

Assim sendo, a linha de pesquisa determinada para esta Monografia é Política Social e Proteção Social, com ênfase nas classes sociais, suas políticas sociais, orçamento e financiamento envolvido nas políticas sociais no Brasil. A estruturação se deu a partir de três capítulos, sendo que, cada um ficou responsável

por abordar aspectos distintos, mas interrelacionados ao PBF e seu impacto na sociedade brasileira.

O Capítulo 1, consistirá na construção de uma retrospectiva histórica da profissionalização do serviço social no Brasil e o surgimento das políticas de assistência social. O Capítulo 2, se concentrará a análise dos índices de redução da pobreza e miséria do Brasil após a implementação do PBF, utilizando dados estatísticos e estudos de caso, suas tendências e os impactos diretos do programa na diminuição da pobreza e na desigualdade social. Por fim, o Capítulo 3, acerca dos impactos do PBF nas diversas esferas da sociedade, incluindo os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Além disso, será discutida a intervenção do serviço social no contexto do programa, abordando os desafios e contribuições dos profissionais na execução e eficácia das políticas de assistência social.

2 HISTÓRICO DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Desde o seu surgimento, o Serviço Social tem desempenhado um papel crucial na promoção da justiça social e na luta contra a desigualdade no mundo e no Brasil (Santos; Teles; Bezerra, 2013). A atuação dos assistentes sociais é fundamental a ponto de garantir os direitos básicos da população mais vulnerável, promovendo a inclusão social e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Brasil, 2004). Seu desenvolvimento e a criação das políticas de assistência social no país foram impulsionados por diversos fatores sociais, econômicos e políticos, destacando-se entre os principais a urbanização e industrialização aceleradas do início do século XX, que aumentaram as desigualdades sociais e a marginalização de grandes contingentes populacionais (Piana, 2009; Silva 2007).

As políticas que envolvem práticas de assistência social, proporcionam o suporte e recursos, como previsto no art. 25, dos projetos de enfrentamento da pobreza, nº 8.743 de dezembro de 1993 (Brasil, 1993), que possibilitam a melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de risco. Nesse sentido, é necessário compreender que a história do Serviço Social como profissão está diretamente ligada às influências do desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil, o que a tornou indispensável para enfrentar desafios e transformações das últimas décadas, incluindo àquelas referente as explorações trabalhistas e aos conflitos de classe (Yazbek, 2019). lamamoto (2009, p. 5), por exemplo, comenta que:

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (lamamoto, 2009, p.5)

Nesse sentido, o seguinte capítulo aborda a trajetória histórica do Serviço Social e das políticas de assistência social no país, com o objetivo de entender sua evolução, que é fundamental para compreender as bases sobre os quais programas, como o Programa Bolsa Família, foram construídos e implementados,

principalmente, ao explorar como estas práticas se desenvolveram e se consolidaram ao longo dos anos.

2.1 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1.1 A origem do Serviço Social no Brasil

A influência da Doutrina Social da Igreja Católica foi um dos fatores mais importantes para o surgimento do Serviço Social no país, tendo em vista que trouxe um enfoque mais humanitário e assistencial às práticas sociais; bem como as transformações políticas, como a Era Vargas, que institucionalizou várias políticas sociais e trabalhistas (Yazbek, 2009; Silva, 2007). Mais especificamente, o surgimento do Serviço Social no Brasil se deu no ano de 1936, na Escola de Serviço Social de São Paulo, a partir da grande interação com a Igreja na época (Santos; Teles; Bezerra, 2013). Entretanto, de acordo com Piana (2009), até isso acontecer, houve um precursor que iniciou o desenvolvimento de tais políticas, por meio de mobilizações operárias fundadas pelas consequências do capitalismo em sua fase monopolista no início do século XX.

A estrutura social e econômica da população para as classes que possuíam baixo acúmulo de capital econômico e cultural naquela época era completamente desfavorável. Tal característica era evidenciada devido a intensa exploração do trabalho e condições de vida precárias advindas da rápida industrialização do país e do grande crescimento das áreas urbanas (Yazbek, 2009; Piana, 2009). O Estado, representante dos interesses da classe dominante, ao se sentir pressionado pelas manifestações da classe trabalhadora acerca das condições instáveis de vida, desenvolveu políticas sociais a fim de controlar a massa operária e diminuir seu descontentamento (Pereira, 2007).

Durante a Era Vargas (1930-1945), houve a implementação das leis trabalhistas e a criação de instituições como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que consolidaram a necessidade de profissionais capacitados para lidar com as questões sociais emergentes (Capelato, 2006). Nesse sentido, Getúlio Vargas instituiu diversas políticas sociais e trabalhistas a fim de criar um ambiente favorável a formalização de práticas assistenciais, na qual foi incorporado pela Igreja Católica (Mendonça *et al.*, 2011).

O Serviço Social como profissão regulamentada começou a se concretizar no Brasil em 1936, refletindo uma forte influência franco-belga, objetivando o “estudo e a difusão da doutrina social da Igreja e a ação social dentro da mesma diretriz” (Aguiar, 2011, p. 43). A partir disso, compreende-se que as políticas de assistência social durante esse período tinham motivações moralistas de caráter conservador e autoritária, não surgidos a partir de ideais filantrópicos propagados na época, conforme reforça Silva (2007).

2.1.2 Desenvolvimento ao longo do século XX

Durante o período do de Ditadura do Estado Novo, instaurada por Getúlio Vargas em 1937, houve a implementação de várias instituições de assistência social no país, como foi citado por Maciel, Tepedino e Campelo (2001). A criação do CNSS em 1938, pelo Decreto-Lei nº 525, surge como uma forma de investigar os problemas da profissão e “entendido como um modo de o Estado fomentar a assistência social pública” (Silva; Mallmann; Balestrin, 2017, p. 119), mas que seguiu por se tornar um veículo de manipulação de verbas. Por conseguinte, há o surgimento da LBA, em 1942, que assumiu a função de promover assistência as famílias acometidas pela Segunda Guerra Mundial. Entretanto, neste período, tendo em vista que o Brasil estava passando por um processo de crescimento industrial, as desigualdades sociais continuavam a se expressarem de forma exacerbada.

O contato com as propostas do Serviço Social aliada às técnicas norte-americanas influenciou a prática profissional que passou a ser vista como uma atividade auxiliar no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe operária, conforme explica Silva (2007). As instituições sociais e assistenciais, nesse contexto, tornaram-se instrumentos de controle social e político, servindo para a manutenção do sistema de produção capitalista que se consolidava no país. A formação dos assistentes sociais nesse período estava baseada em fundamentos sólidos, tanto doutrinários quanto éticos, que garantiam a reprodução das relações sociais vigentes e a difusão das ideologias dominantes (Aguiar, 2011; Silva, 2007).

O Serviço Social brasileiro, mais especificamente, começou a se tecnificar nos anos de 1940, distanciando-se do conservadorismo católico que marcou seus anos iniciais (Yazbek, 2019). A profissão se aproximou do modelo norte-americano

de Serviço Social, incorporando uma matriz filosófica de cunho positivista, pautada em critérios técnicos e científicos. Esta aproximação foi influenciada pela conjuntura geopolítica da época, que favoreceu o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Silva (2008, p. 2-3), por outro lado, comenta que:

O aprofundamento dessa ordem societária (necessariamente contraditória), marcada pela modernização conservadora do país ao longo das décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX, impôs a profissão uma revisão do 'Serviço Social tradicional', manifestada pelo chamado 'processo de reconceituação', que, com todos os seus limites, teve o mérito de recolocar questões centrais para o Serviço Social: a formação profissional (nos seus aspectos teórico, metodológico, técnico-instrumental e interventivo), a interlocução com outras áreas do conhecimento, a importância da pesquisa e da produção de conhecimentos no âmbito da profissão e outros aspectos. (Silva, 2008, p. 3)

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, ocorrido durante o contexto da autocracia burguesa entre os anos de 1965 e 1979, foi um marco fundamental na história da profissão no país na América Latina, visto que visou repensar e adequar o Serviço Social às realidades e necessidades específicas da região latino-americana, em contraste com a forte influência norte-americana que prevalecia na formação prática da área, característica citada por Simionatto (2016). Dada a diferença significativa entre as realidades econômicas e culturais da América Latina e dos Estados Unidos, tornou-se essencial desenvolver uma abordagem teórica e metodológica que refletisse melhor os contextos locais, na qual foi promovido pelo movimento cujo buscou criar uma prática profissional mais relevante e eficaz para enfrentar os problemas sociais da região (Iamamoto, 2010).

Segundo Netto (2015), a renovação do Serviço Social durante este movimento seguiu em três direções principais: a Modernização do Conservadorismo (na atualização das práticas tradicionais sem romper suas bases fundamentais), a Reatualização do Conservadorismo (com a adaptação das práticas conservadoras aos novos contextos sociais) e a Intenção de Ruptura (em uma transformação mais radical, propondo um rompimento dos paradigmas tradicionais em favor de uma prática profissional mais crítica e engajada politicamente). Este processo de renovação marcou a gênese do projeto étnico-político do Serviço Social, que passou a enfatizar a justiça social, a cidadania e os direitos humanos, refletindo a evolução da profissão de uma abordagem assistencialista e conservadora, para uma prática crítica e transformadora, adaptada às complexas realidades sociais da América Latina (Netto, 2015).

A partir dos anos 1980, Oliveira e Chaves (2017) comentam que, o Serviço Social no Brasil passou por uma significativa transformação, incorporando um referencial teórico marxista que ampliou a produção de conhecimento na área. De acordo com os autores, este período marcou um avanço teórico e metodológico na profissão, permitindo uma análise mais crítica e profunda das questões sociais. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a assistência social como um dever do Estado, garantindo que qualquer indivíduo da população que necessitar receberá suporte, mesmo que não tenha contribuído para o sistema de seguridade social (Brasil, 1988). Essa garantia visa promover a justiça social e assegurar que os direitos básicos de cidadania sejam acessíveis a todos, independentemente de sua contribuição financeira prévia.

2.2 MARCO LEGAL E REGULAMENTAÇÃO

Em 7 de Junho de 1993, foi promulgada a Lei Federal nº 8.662, na qual regulamentava a profissão de Assistente Social e definia as competências profissionais e atribuições privativas dos assistentes sociais através do Código de Ética do/a Assistente Social, aprovado em 13 de março de 1993 (Brasil, 1993; CFESS, 1993), assegurando que suas práticas estejam alinhadas aos princípios de justiça social e equidade. A regulamentação da ocupação de Serviço Social no Brasil é fundamentada por este conjunto de leis que estabelecem as bases éticas, legais e profissionais para o exercício da atividade por meio da assistência social, políticas públicas geridas pela SNAS e organizada pelo SUAS. Este sistema atua em todo o território nacional, com o objetivo de garantir proteção social aos cidadãos, apoiando indivíduos, famílias e comunidades a partir de serviços, projetos e benefícios.

Em 1993, há a promulgação da Lei nº 8.742, conhecida como LOAS, na qual garante no art. 1º que, a assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado e regulamenta normas e critérios para o seu desenvolvimento (Brasil, 1993). Antes da Constituição de 1988, a assistência social não era reconhecida como uma obrigação estatal, o que torna a LOAS um marco de fundamental importância (Paula, 2014). O Art. 5º da Lei destaca a responsabilidade do Estado em suas várias esferas (federal, estadual, distrital e municipal) na implementação de políticas de assistência social, assegurando que os direitos dos cidadãos sejam respeitados através de ações de assistência.

Além das diretrizes estabelecidas pela LOAS, a regulamentação da profissão no Brasil é responsabilidade do CFESS e dos respectivos CRESS. O CFESS, juntamente com os CRESS, assegura a fiscalização e a normatização do exercício profissional em todo o território nacional, garantindo que os profissionais atuem de acordo com os princípios éticos e técnicos da profissão, de acordo com o que está previsto com Código de Ética do/a Assistente Social.

2.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS E INICIATIVAS ANTES DO BOLSA FAMÍLIA

O governo brasileiro, antes da implementação do PBF, já havia desenvolvido e aplicado diversas estratégias de assistência social para o combate à pobreza, na qual foram seus grandes precursores, tendo em vista que serviram como base para a construção de uma política de transferência de renda mais ampla e integrada (Pase; Melo, 2017). Entre os principais programas e iniciativas destacaram-se o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, todos implementados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001, promulgava a criação do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação, sendo chamada de “Bolsa Escola” (Brasil, 2001). Foi um dos primeiros programas envolvendo transferência de renda condicionada, instituído no início do século XXI. A lei tinha como objetivo combater a evasão escolar e promover a educação de crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, garantindo-lhes um suporte financeiro mensal de R\$15,00 por criança que atenda aos requisitos. Para participar do programa e receber o benefício, as famílias precisavam assegurar que seus filhos estivessem matriculados e frequentassem regularmente a escola.

Simultaneamente ao Bolsa Escola, o Decreto nº 3.934 de 20 de setembro de 2001, o “Bolsa Alimentação”, também vinculado ao Programa Nacional de Renda Mínima, criava outra medida voltada para a melhoria das condições de saúde e nutrição de famílias em situação de vulnerabilidade a fim de reduzir a desnutrição infantil e promover cuidados preventivos de saúde. O programa destinava-se a gestantes e crianças de até seis anos de idade, fornecendo de R\$ 15,00 a R\$45,00 mensalmente, bem como, a realização de consultas médicas regulares e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças envolvidas no benefício (Brasil, 2001).

Outro programa relevante antes da implementação do Programa Bolsa Família foi o Auxílio Gás, a partir do Decreto nº 4.102 de 24 de janeiro de 2002, introduzido para aliviar os custos de famílias de baixa renda com a compra de gás de cozinha, principalmente àquelas beneficiadas pelos outros programas (Brasil, 2002). Seu objetivo era promover a segurança alimentar e melhorar as condições de vida das camadas mais pobres da população, a partir do pagamento de R\$ 15,00 para as famílias com renda de até meio salário-mínimo (considerando que o salário mínimo em 2001 era R\$ 180,00) a cada dois meses.

A existência destes programas foram fundamentais para o desenvolvimento de um modelo de assistência social que reconhece a importância da educação, saúde e acesso a recursos básicos para a redução da pobreza, principalmente para a implementação do PBF em 2003, fruto da unificação do Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, que marcou um ponto crucial na história das políticas sociais no Brasil. Ao integrar essas ações sob uma única gestão, o programa permitiu que os recursos fossem distribuídos de maneira mais eficiente e mais abrangente pelo país a partir de um modelo que conjuga os esforços dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). Essa estrutura de coordenação fornece uma autonomia dos entes federados, ao mesmo tempo em que promove a interdependência entre eles.

3 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE REDUÇÃO DA POBREZA E MISÉRIA NO BRASIL PÓS-PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O surgimento do PBF se deu a partir da necessidade de criação de uma política pública de transferência de renda voltada a população em situação de extrema pobreza, que tenha como objetivo à redução da miséria e a promoção da inclusão social por meio de um apoio financeiro direto às famílias mais vulneráveis, se tornando um modelo referencial em termos de políticas sociais, tanto nacional, quanto internacionalmente (Martins; Rückert, 2019; Santos *et al.*, 2019). Conseqüentemente, desde a sua implementação, o programa tem sido objeto de diversos estudos e análises, que buscam avaliar seu impacto na diminuição dos índices de pobreza e miséria no país a partir de dados estatísticos, relatos e estudos de caso. Ao analisar estes dados, é observado uma grande melhora nas condições de vida das famílias que foram beneficiadas, além de efeitos positivos em outras áreas da sociedade, como: educação, saúde e segurança alimentar (Cavalcanti; Costa; Silva, 2013).

Este capítulo tem como objetivo principal analisar de forma detalhada os índices de redução da pobreza e da miséria no Brasil após a implementação do PBF. Para isso, serão explorados aspectos contextuais da situação socioeconômica do Brasil antes e depois da criação do programa, bem como os principais dados e tendências observados ao longo dos anos. Adicionalmente, serão discutidos os impactos diretos do PBF na desigualdade e na distribuição de renda, evidenciando os benefícios e os desafios enfrentados na execução dessa política pública a fim de proporcionar uma compreensão aprofundada dos seus efeitos na redução da pobreza e da miséria no Brasil, destacando suas contribuições significativas e as áreas que ainda necessitam de melhorias para garantir um impacto ainda mais abrangente e eficaz.

3.1 CONTEXTO E IMPLEMENTAÇÃO

3.1.1 Situação da pobreza e desigualdade de renda no Brasil

Ao longo da história do Brasil, como têm sido discutidos ao longo da pesquisa, desde a colonização o país tem enfrentado desafios significativos relacionados a pobreza e a miséria a partir de uma concentração de renda

desproporcional e a desigualdade social (Saad, 2020; Piana, 2009). Apesar do crescimento econômico e da industrialização durante o século XX, esses problemas persistiram ao afetar principalmente as populações rurais e as periferias urbanas.

A pobreza é um fenômeno complexo que vai além da falta de renda de uma parcela da população e engloba múltiplas dimensões do bem-estar, sendo o resultado de uma combinação de fatores estruturais e conjunturais, como exemplificado por Meirelles (2022) e Piketty (2014). De acordo com os autores, os fatores estruturais são relacionados a concentração fundiária, a baixa qualidade da educação pública e o acesso limitado a serviços básicos, como saúde e saneamento; os fatores conjunturais, nesse caso, são as crises econômicas, altas taxa de desemprego e inflação que intensificam ainda mais a vulnerabilidade das famílias pobres. Embora a renda seja um excelente indicador de bem-estar devido a sua correlação com tais privações, ela não captura toda a extensão das dificuldades enfrentadas pelas famílias mais pobres (Franchikoski; Cesco, 2017; Yazbek, 2012). Portanto, conforme comenta Yazbek (2012), uma abordagem eficaz para combater a pobreza deve considerar tanto a insuficiência de renda, quanto as privações em outras dimensões essenciais do bem-estar.

De acordo com a PNAD, realizadas pelo IBGE durante a década de 1990, a taxa de pobreza atingia cerca de 35% da população, enquanto a extrema pobreza afetava aproximadamente 15% dos brasileiros. Especificamente, em 1998, cerca de 14% dos brasileiros viviam em famílias abaixo da linha de indigência, e 33% abaixo da linha de pobreza, totalizando cerca de 21 milhões de indigentes e 50 milhões de pobres, indicando a necessidade de políticas públicas eficazes para combater tal situação (Barros; Henriques; Mendonça, 2000). Uma das formas de medir desigualdade de renda de uma região geralmente é feita a partir de diversos índices, sendo alguns deles: o índice de Gini e índice de Atkinson.

De acordo com o índice de Atkinson, por exemplo, o Brasil estava entre os países com taxas de desigualdades mais altas do mundo, com o país registrando um coeficiente de 60.49 (Tabela 1). Este valor colocava o país em uma posição similar a países como Zâmbia (60.51) e Guatemala (59.60), e ligeiramente acima da África do Sul (59.33) e Panamá (58.22), destacando a gravidade das disparidades econômicas do país naquele período (Atkinson, 2017). Já pelo índice de Gini, o Brasil apresentava o coeficiente 0,607, de acordo com o Banco Mundial.

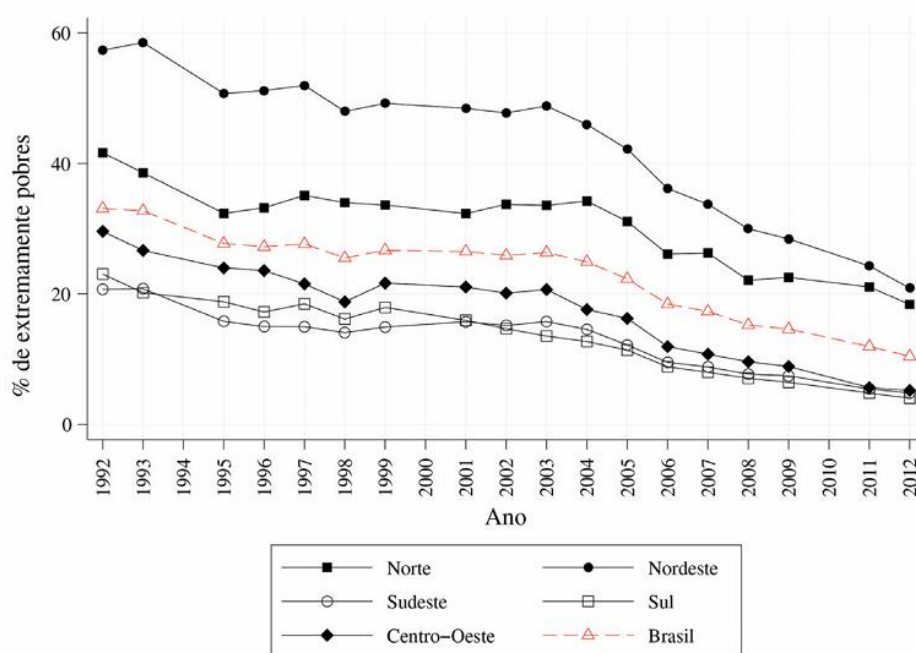
Tabela 1 – Ranking de países com maiores níveis de desigualdade de renda a partir do Índice de Atkinson em 1990.

Posição	País	Índice de Atkinson
1 ^a	Zâmbia	60.51
2 ^a	Brasil	60.49
3 ^a	Guatemala	59.60
4 ^a	África do Sul	59.33
5 ^a	Panamá	58.22
6 ^a	Quênia	57.46
7 ^a	Nicarágua	57.36
8 ^a	Honduras	57.36
9 ^a	Chile	57.25
10 ^a	Lesoto	56.02
11 ^a	México	54.34
12 ^a	Senegal	54.14

Fonte: elaborado com base em Atkinson *et al.*, (2017).

Essa diferença de concentração de renda também é acentuada em determinadas regiões dos países, no caso do Brasil, nas regiões Norte e Nordeste, que podemos observar uma grande disparidade na renda *per capita* de acordo com as demais regiões do país. Araújo e Flores (2017), por exemplo, construíram um gráfico com a proporção da pobreza entre as regiões do Brasil ao longo dos anos (Figura 1). Os indivíduos considerados como extremamente pobres eram aqueles cuja renda mensal per capita era inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo referente aos anos analisados e de acordo com sua análise, estavam mais presentes em tais regiões.

Figura 1 - Proporção de pessoas extremamente pobres entre os anos 1992 e 2012.



Fonte: Araújo; Flores (2017, p. 165).

Uma maneira de reverter ou amenizar que os países chegaram a adotar é por meio de políticas de transferência de renda cujo ganharam força na década de 1990 em toda a América Latina, que visavam aliviar a pobreza imediata, bem como, romper os ciclos geracionais de miséria (Brito, 2008). Ainda na Figura 1, as maiores taxas de redução da pobreza a partir dos anos 2002, demonstrando uma certa influência das políticas de assistência que ganharam força no Brasil a partir do século XXI. Entretanto, tais políticas geravam e geram até hoje debates relacionados a universalização do benefício e focalização, tendo em vista que exigem altos custos administrativos, com risco de fragmentação e duplicação de benefícios comprometendo sua sustentabilidade fiscal e ampliação do programa (Baar, 1998).

3.1.2 Implementação e impactos diretos do programa Bolsa Família

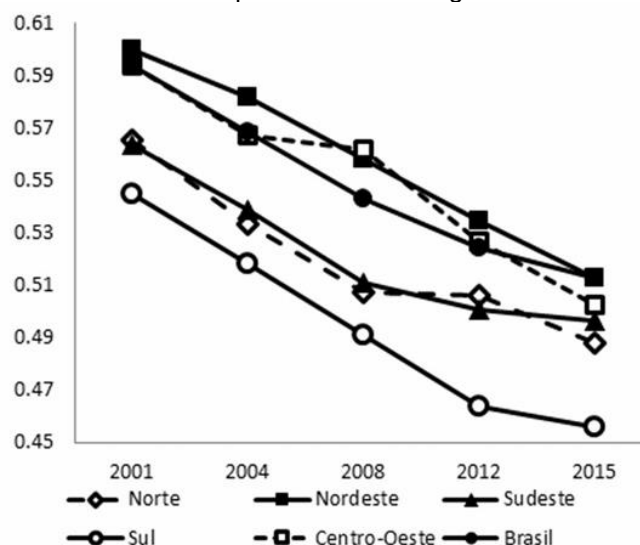
O PBF programa foi oficialmente lançado em outubro de 2003, durante a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a sua aprovação pela Lei nº 10.836/2004, com o objetivo de fornecer uma rede de proteção social mais eficaz para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, a partir da fusão dos vários programas de transferência de renda existentes sob a liderança do governo federal (Brasil, 2004). Nos anos seguintes da implementação do programa, dados estatísticos evidenciam uma redução significativa nas taxas de pobreza extrema, que caíram de aproximadamente 12% para menos de 5% da população, por exemplo. A IPEA realizou um estudo com o objetivo de evidenciar o impacto positivo do Bolsa Família na população mais pobre, em 2019 (Souza *et al.*, 2019). De acordo com suas análises, o programa tirou mais de 3,4 milhões de pessoas da extrema pobreza e 3,2 milhões conseguiram superar a linha da pobreza devido à transferência de renda proporcionada por ele. Além disso, em 2013, o mesmo órgão analisa os efeitos do programa na desigualdade regional no Brasil entre os anos de 1995 e 2006, na qual foi responsável por 14,8% de diminuição, superando até o Benefício de Prestação Continuada, que contribuiu com 8,9% dessa redução.

Ramos *et al.*, (2021), a partir de uma pesquisa realizada entre 2006 e 2015, revelou que o PBF reduziu a mortalidade infantil em 16% em crianças de 1 a 4 anos, principalmente, em famílias pretas e nos municípios mais pobres, que a redução alcançou 26% e 28%. Os autores destacam que o programa é eficiente tanto na redução da pobreza geral da população mais carente, como também, na melhoria da

saúde e sobrevivência infantil. Na educação, de acordo com Braw *et al.*, (2015), em seu estudo cujo se construiu a partir da análise de mais de 11 mil domicílios entre 2005 e 2009, constatou um aumento de 8% na participação escolar das meninas e 10% na progressão entre séries, na qual foi explicado pelos autores que, devido a menor dependência das mães beneficiárias do trabalho doméstico, as meninas poderiam focar mais nos estudos, aumentando sua participação e progressão escolar. Senna, Brandão e Dalt (2016), por sua vez, enfatizam os benefícios condicionados à frequência escolar e ao acompanhamento de saúde infantil, que não apenas fornecem suporte financeiro, mas também incentivam comportamentos que podem quebrar o ciclo geracional da pobreza. Os autores também afirmam que, integração com outras políticas públicas, como a educação e a saúde, reforça a capacidade do programa de promover a inclusão social, já que eles se beneficiariam indiretamente da redistribuição de renda promovida pelo programa.

De acordo com a PNAD, entre os anos de 2001 e 2015, houve uma redução do Índice de Gini em 13,6%, apesar de que em 2014, a partir do segundo trimestre, o país entra em uma recessão que reduziu o PIB em 8,6% (CODACE, 2017). De forma geral, após a implementação do Bolsa Família, houve um impacto significativo na redução da desigualdade de renda no Brasil, conforme dados do IBGE demonstram, o coeficiente de Gini se encontrava em, aproximadamente, 0,53 em 2014. Entretanto, é observado a variação significativa entre as diferentes regiões do Brasil (Saad *et al.*, 2020). Em áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste, onde a pobreza é mais prevalente, o programa teve um papel crucial na melhoria das condições de vida, como é demonstrado na Figura 2. Em contraste, nas regiões urbanas e mais desenvolvidas, os impactos foram menos pronunciados, embora ainda significativos.

Figura 2 - Evolução do Índice de Gini para o Brasil e Regiões entre os anos de 2001 e 2015.



Fonte: Saad *et al.*, (2020, p. 8).

Entretanto, apesar dos sucessos alcançados, o PBF enfrenta diversos desafios na redução da desigualdade de renda, sendo um dos principais obstáculos a persistência de desigualdades estruturais, como a concentração de terra e a informalidade no mercado de trabalho (Costa *et al.*, 2018). Para mais, críticas ao programa apontam para a necessidade de ajustes nos valores dos benefícios e na cobertura do programa para alcançar de maneira mais efetiva os segmentos mais vulneráveis da população (Devereux, 2002; Baar, 1998). Consequentemente, o futuro do Bolsa Família e seu papel na redução da desigualdade de renda no Brasil dependem de vários fatores, incluindo a continuidade e expansão do programa, bem como a implementação de políticas complementares que abordem as causas estruturais da desigualdade.

3.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

Ao longo dos anos, o PBF passou por muitas mudanças que incluem tanto a ampliação da cobertura, quanto o aumento dos valores oferecidos para os beneficiários e unificação com outras políticas sociais de transferência de renda, sendo àquelas que estavam em operação desde a Constituição Federal de 1988. Essa unificação incluiu os programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Auxílio Gás e Cadastro Único, que passou a ser destinado a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza a partir do estabelecimento de critérios para elegibilidade com base na renda *per capita* (Brasil,

2003). O PBF no início possuía uma base de R\$ 50 mais R\$ 15 por criança de 0 a 15 anos para as famílias em extrema pobreza e aquelas em apenas situação de pobreza não recebiam um valor fixo (Brasil, 2004).

Com o tempo, os critérios e os valores dos benefícios foram ajustados para atender melhor às necessidades das famílias beneficiadas. Em dezembro de 2021, o Auxílio Brasil foi criado para substituir o Bolsa Família, introduzindo novas modalidades de benefícios, como: o Benefício da Primeira Infância, o Benefício de Composição Familiar e o Benefício de Superação da Extrema Pobreza, com faixas de renda redefinidas para situar as famílias entre pobreza e extrema pobreza (Costa; Magalhães; Cardoso, 2023; Brasil, 2021). Durante a gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro, a Lei nº 14.342 foi promulgada em maio de 2022, estabelecendo um piso de R\$ 400 para o Auxílio Brasil até o final do ano, que posteriormente, em um contexto eleitoral, o valor foi elevado para R\$ 600 (Brasil, 2022).

Com a eleição de Lula nos anos seguintes, o programa voltou a ser chamado de Bolsa Família e foram iniciadas negociações para a manutenção do benefício, resultando na retirada do programa do teto de gastos pelo primeiro ano de sua gestão, garantindo a manutenção do benefício em R\$ 600 por mais um ano e adicionando um pagamento de R\$ 150 por criança até seis anos (Brasil, 2023).

A gestão do programa é caracterizada por abranger diferentes níveis constitucionais ao possuir uma estrutura organizacional que opera tanto em escala nacional, quanto estadual e municipal, como previsto pela Lei nº 10.836/04, regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04 (Brasil, 2004). De acordo com Licio, Mesquita e Currello (2011), o MDS é responsável por coordenar o programa nacionalmente, enquanto estados e municípios são responsáveis pela implementação local, diferenciando-se entre si apenas pelas suas funções cujo variam desde o cadastramento e monitoramento dos beneficiários até a gestão dos pagamentos, criando uma rede de responsabilidades que abrange todas as esferas do governo. Os autores também comentam que os municípios, por exemplo, identificam as famílias que necessitam do benefício e a verificação do cumprimento das condicionalidades, pois o repasse da verba é feito pelo governo federal.

A execução, por sua vez, ocorre de forma descentralizada, com um grande compartilhamento entre a União, que financia e regulamenta o programa, e os municípios, que atua na maior parte da execução, pois todos os 5.565 municípios e no Distrito Federal, as famílias beneficiárias devem ser atendidas e acompanhadas

por órgãos locais (Licio; Mesquita e Currelero, 2011). As atividades de cadastramento, gestão de benefícios, prestação de serviços básicos de saúde, educação e assistência social, além da articulação de programas complementares, são realizadas pelos municípios, que atuam com base na oferta do poder local. Os estados têm um papel mais restrito, focando principalmente no apoio no fornecimento de suporte tecnológico e capacitação aos municípios, especialmente aqueles menores e menos estruturados (Teixeira; Costa, 2020). Embora os estados não atuem diretamente na execução do PBF, eles desempenham um papel crucial na mobilização dos municípios dentro de seus territórios e no monitoramento das ações realizadas, pois dessa forma os governos estaduais apoiam o trabalho de coordenação a cargo da União, consolidando-se como atores relevantes na gestão do programa (Licio; Mesquita e Currelero, 2011). O financiamento do programa provém principalmente do orçamento federal, com recursos alocados anualmente para garantir a continuidade dos pagamentos.

O funcionamento do programa é sustentado em um sistema de cadastramento e seleção dos beneficiários, fundamentado em critérios de elegibilidade que avaliam a renda *per capita* e a situação de vulnerabilidade das famílias. Para ser elegível ao programa, a renda mensal por pessoa deve ser de, no máximo, R\$ 218 (Brasil, 2023). O processo de inclusão começa com a inscrição no Cadastro Único, onde é necessário fornecer dados atualizados em postos de atendimento da assistência social, como o CRAS, apresentando o CPF ou o título de eleitor, informações estas que podem ser encontradas na Cartilha do Bolsa Família (Brasil, 2023). No entanto, como informa o documento, mesmo após a inscrição, a entrada no programa não é imediata, um sistema automatizado identifica mensalmente as famílias que começarão a receber o benefício, garantindo que os recursos sejam destinados a quem realmente precisa.

Sua execução não se limita apenas a garantia de uma renda básica para as famílias em situação de pobreza; também é buscado integrar políticas públicas para fortalecer o acesso a direitos essenciais previstas pela constituição, como: saúde, educação e assistência social (Denes; Komatsu; Menezes-Filho, 2018). As condicionalidades do programa preveem a exigência de frequência escola mínima, bem como, acompanhamento de saúde, que são monitoradas regularmente para assegurar a continuidade do benefício.

4 IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O Programa Bolsa Família – PBF, tem sido objeto de análise de diversos pesquisadores engajados no estudo de políticas voltadas a assistência social, na qual desenvolvem pesquisas em áreas diversas com objetivos que variam desde a investigação da sua distribuição geográfica nas diferentes regiões do Brasil, a critérios de seleção e elegibilidade estabelecidos pelo governo na criação de perfis dos beneficiários (Martins; Rückert, 2019). A análise dos atendimentos e do monitoramento das condicionalidades e seus impactos, atividade cujo é realizada por tais pesquisadores e profissionais de assistência social, se torna alguns dos tópicos essenciais para entender a importância das demais políticas baseadas na transferência de renda, como também, a identificação de suas consequências a curto e médio prazo, sejam elas positivas ou negativas (Moraes; Machado, 2017).

No geral, boa parte dos estudos demonstram que programas como o PBF possui impactos positivos em diversas áreas da sociedade brasileira, indo muito além da diminuição da desigualdade de renda (Martins; Rückert, 2022; Denes; Komatsu; Menezes-Filho, 2018; Melo; Duarte, 2010). Sua finalidade é promover a amenização de problemas comumente acometidos por famílias em situação de vulnerabilidade social, além de, gerar impactos nas demais áreas como: economia, educação e saúde (Cavalcanti; Costa; Silva, 2013), influenciando significativamente o comportamento das famílias beneficiadas e incentivando, por meio de condicionalidades, práticas que melhoram a saúde e o desenvolvimento educacional das crianças (Martins; Rückert, 2019).

As condicionalidades do PBF abrangem as áreas da educação, saúde e assistência social, a fim de buscar fortalecer os direitos garantidos pela constituição brasileira por meio da criação de oportunidades para que as famílias melhorem suas condições de vida (Brasil, 2023). Informações acerca do funcionamento podem ser adquiridas com mais detalhes pela Cartilha do Programa Bolsa Família, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, criada para distribuição à população. Na área da saúde, por exemplo, de acordo com o documento governamental, é incluído a imunização, cuidados pré-natais e monitoramento do crescimento e desenvolvimento infantil, ações que devem ser garantidas gratuitamente pelo SUS.

Este capítulo examina os múltiplos impactos do programa, destacando a sua influência entre os âmbitos cruciais de uma sociedade como, educação, saúde, economia e segurança alimentar, além de explorar a como a intervenção do serviço social influenciou na sua execução e o atual monitoramento.

4.1 IMPACTO ECONÔMICO

O PBF se tornou àquele de maior abrangência no Brasil, atendendo, em 2023, a uma média de 21,3 milhões de famílias a partir de um investimento de R\$14,1 bilhões, na qual cada família recebeu cerca de R\$670,36 por mês, o maior valor já registrado (Brasil, 2023). Em uma avaliação de impacto econômico do PBF, realizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania, foi identificado quatro eixos básicos: emprego e renda, saúde, educação e tributação (Brasil, 2022). Os resultados destas análises revelaram que o programa tem um impacto positivo substancial em termos de razão custo-benefício. Para cada R\$1,00 investido no Bolsa Família, a sociedade obtém um retorno de R\$1,0850, representando um aumento de 8,5% do valor investido, comprovando a viabilidade econômica do programa e ressaltando sua importância como uma ferramenta eficaz de desenvolvimento econômico.

De acordo com Denes, Komatsu e Menezes-Filho (2018), os municípios que mais recebem repasses do programa apresentam um maior crescimento do PIB *per capita* e da renda *per capita*, apresentando maior destaque para o setor de serviços, além de uma significativa redução da desigualdade de renda e da pobreza. Os autores também reforçam que tal resultado se dá devido ao aumento da renda das famílias beneficiadas, que impulsiona o consumo e estimula a produção, bem como a demanda por trabalho. Landim Junior (2009) corrobora com estes achados ao examinar o impacto do PBF entre 2004 e 2006 em municípios selecionados. O estudo estimou que um aumento de 10% no repasse *per capita* resultaria, em média, em um crescimento de 0,6% do seu PIB. No ano seguinte, esse mesmo aumento geraria um crescimento de 1,36% na arrecadação tributária e 0,91% no PIB industrial, indicando que o PBF não só promove benefícios sociais diretos, mas também gera retorno econômico.

4.2 IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Martins e Rückert (2019) entendem que o desenvolvimento humano é moldado pelo contexto sociocultural, o ambiente é fundamental para a aquisição de conhecimentos e o aprimoramento das suas capacidades cognitivas; limitações sociais, econômicas e culturais podem comprometer o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. Os autores também comentam que, a pobreza, além de afetar a satisfação de necessidades essenciais e direitos básicos como alimentação e moradia, também possui impactos culturais que interferem no desenvolvimento individual, fazendo com que muitos abandonem a escola em busca de melhores condições de sobrevivência. Programas baseado na transferência de renda, como o PBF, foram criados como uma alternativa para amenizar estes efeitos.

A exigência de frequência escolar regular como condição para o recebimento dos benefícios teve um impacto direto e significativo na educação das crianças beneficiadas, resultando em um aumento na frequência escolar e na redução na evasão escolar (Melo; Duarte, 2010). Um dos requisitos fundamentais para os beneficiários do programa é a frequência escolar mínima, estipulada em 85% dos dias letivos para estudantes de 6 a 15 anos e 75% para aqueles de 16 e 17 anos (Brasil, 2004). Para as crianças de 4 a 5 anos, a frequência mínima é de 60%, enquanto para os jovens de 6 a 18 anos incompletos que ainda não concluíram a educação básica, a frequência exigida é de 75%.

Estudos indicam que a taxa de evasão entre os beneficiários é consideravelmente menor em comparação com a média nacional, mostrando melhoria no desempenho escolar e também, do acesso a materiais educativos (Martins; Rückert, 2019). Além disso, em uma pesquisa de análise comparativa realizada por Melo e Duarte (2010), é revelado que os beneficiários do programa apresentam uma frequência escolar maior (98,1%) em comparação com os grupos controle: 80,3% para os que não participam do programa e 87,4% para os que possuem uma renda fixa sem auxílio de qualquer programa.

Calvacanti, Costa e Silva (2013) reforçam esses achados mostrando o impacto do PBF tanto no alívio imediato da pobreza quanto na frequência escolar das famílias do Nordeste, abrangendo áreas rurais, com base em dados da PNAD de 2004 e 2006. A comparação entre os grupos de tratamento (beneficiários do programa) e os de controle (elegíveis, mas não beneficiados) indicou que, embora o

programa tenha um efeito positivo sobre a renda familiar, especialmente nas famílias em extrema pobreza, esse impacto é de magnitude baixa. No entanto, no quesito frequência escolar, o resultado é consideravelmente maior entre os beneficiados do PBF em comparação aos não beneficiados.

Ademais, entre os anos 2004 e 2010, Denes, Komatsu e Menezes-Filho (2018) analisaram os efeitos do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada sobre os indicadores municipais de educação. A pesquisa focou em métricas como: a frequência escolar, a defasagem idade-série (relacionado aos alunos fora da idade adequada de cada ano escolar), o IDEB e as notas da Prova Brasil. Durante esse período, observou-se um crescimento na frequência escolar, especialmente no ensino médio, e uma redução na defasagem idade-série, como também, um aumento nas médias de notas e na taxa do IDEB nas 4^a e 8^a séries do ensino fundamental. Tal estimativa mostra que, embora o PBF tenha impactado positivamente na frequência escolar e na redução da defasagem idade-série, existiu um efeito negativo sobre o IDEB, argumentado pelos autores que o PBF mantém na escola crianças e jovens que, de outra forma, estariam fora do ambiente escolar e que apresentam baixo desempenho, causando o declínio da média geral de notas e afetando os indicadores de qualidade. Este fenômeno destaca a necessidade de políticas complementares que abordem a melhora da qualidade de ensino, para que a presença aumentada de estudantes não resulte em uma queda na performance educacional geral (Martins; Rückert, 2022).

Em resumo, como pontua Carnelossi e Bernardes (2014), embora os benefícios imediatos causados pelo programa têm mostrado a eficácia em aumentar a frequência escolar e reduzir a defasagem idade-série entre os estudantes, os desafios em relação à qualidade da educação e ao desempenho escolar persistem, contribuindo pouco para a resolução do problema estrutural da pobreza.

4.3 SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

Em relação aos impactos causados pelo programa na saúde, estudos realizados por Barrientos, Debowicz e Woolard (2016) revelaram que o programa atua essencialmente para melhorias no atendimento à saúde; Januzzi e Pinto (2013), por exemplo, apontam como aspectos positivos do programa: melhorias na imunidade, no índice de peso por altura e na massa corporal das crianças, como

também, influencia no adiamento da entrada das crianças no mercado de trabalho e no aumento do número de visitas pré-natais. As ações são formalizadas e realizadas pelos profissionais da APS a partir da PNAN, na qual objetiva a organização e reforço da atenção nutricional e a vigilância alimentar dos beneficiados, especialmente crianças e gestantes (Brasil, 2024).

As famílias beneficiadas passaram a realizar mais consultas médicas e obtiveram um maior acompanhamento de saúde, demonstrando uma redução na mortalidade infantil e melhorias nos indicadores de saúde infantil, que tendem a ser mais evidentes em municípios com maior cobertura (Souza, 2020; Shei, 2013). Entretanto, no cotidiano dos serviços de saúde, o monitoramento dessas ações muitas vezes se resume apenas no cumprimento das condicionalidades, em vez de garantir o direito ao acesso e ao cuidado integral à saúde (Moraes; Machado, 2017).

Quanto ao conceito de segurança alimentar e nutricional, é abordado três aspectos: a disponibilidade, o acesso e a suficiência de alimentos; conforme o Art. 3º da Lei n.º 11.346/2006, este direito é definido como o acesso contínuo e adequado a alimentos de quantidade suficiente e de qualidade, sem prejudicar outras necessidades essenciais (moradia, educação, saúde, lazer e transporte) (Serini *et al.*, 2023; Brasil, 2006). À medida que a renda mensal por pessoa de uma família diminui, aumenta o risco de enfrentar a insegurança alimentar moderada ou grave, o que se manifesta tanto na qualidade quanto na quantidade dos alimentos disponíveis (Bezerra; Olinda; Pedraza, 2020). Tendo em vista tal fator, de acordo com Cotta e Machado (2013), a disponibilidade e o acesso são fatores que são diretamente influenciados pela renda familiar e pelas características do mercado de alimentos da região.

No início dos anos 2000, cerca de 55 milhões de brasileiros estavam em situação de pobreza, vivendo com menos da metade de um salário mínimo por mês *per capita*, sendo que 24 milhões dentre eles sobreviviam com menos de um quarto, caracterizando uma condição de extrema pobreza (Barreto, 2017). Os dados apresentados caracterizavam a estrutura econômica-social do Brasil na época, configurando-o como um dos países com maior desigualdade de renda do mundo, que é resultado na dificuldade no acesso a alimentos (Barreto, 2017; Amaral; Basso, 2016). O PBF surge justamente como uma forma de reverter esta situação, se tornando um método fundamentação na promoção da melhora à saúde infantil,

principalmente na redução da prevalência da desnutrição em famílias acometidas pela pobreza (Burlandy, 2007).

Monteiro *et al.*, (2009), por sua vez, afirma que a melhoria no poder aquisitivo, na qual pode ser proporcionado pelo Bolsa Família, contribui significativamente para a redução da desnutrição infantil, representando uma participação de 21,7% na diminuição da desnutrição entre crianças menores de cinco anos. Oliveira *et al.*, (2011) ao analisar as famílias beneficiadas com o programa do município de Paula Cândido, Minas Gerais, observa que, 76,4% utilizam o benefício quase inteiramente para a aquisição de alimentos, reforçando a sua importância na promoção da segurança alimentar. Além disso, um estudo comparativo entre grupos de famílias revelou que as despesas anuais com alimentos das participantes são, em média, R\$ 246 superiores às das não-participantes (Duarte; Sampaio; Sampaio, 2009). Os autores do estudo ainda determinaram que com uma renda *per capita* mensal de R\$ 100 e uma média anual recebida de R\$ 278, essas famílias destinam cerca de 88% do valor que recebem a compra de alimentos, indicando mais uma vez que o PBF possui uma influência direta na segurança alimentar dos beneficiários.

Entretanto, apesar dos impactos positivos, outros autores indicam que a participação do Bolsa Família ainda não é suficiente para proteger contra a insegurança alimentar grave em áreas urbanas, pois embora o programa promova um aumento significativo no acesso dos alimentos, isso nem sempre é acompanhado por uma melhoria na qualidade nutricional da alimentação (Cotta; Machado, 2013). Assim sendo, Palmeira, Bem-Lignani e Salles-Costa (2023) ressaltam a importância de combinar programas de transferência de renda com outros tipos de intervenções, como por exemplo, programas de infraestrutura e alimentação escolar, suplementação e fortificação para crianças e idosos, como ações focadas em impactar o sistema produtivo na geração de emprego, formalização do trabalho, estabilidade dos preços dos alimentos e apoio à agricultura familiar.

4.4 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA

Para garantir que os objetivos do Bolsa Família sejam alcançados de forma eficiente, é esperado profissionais de Serviço Social atuem na linha de frente do processo, identificando e cadastrando as famílias elegíveis para o benefício, realizando visitas domiciliares e entrevistas a fim de permitir uma compreensão aprofundada das condições de vida dos beneficiários. Mestrine (2005), por exemplo, descreve o Serviço Social como uma via para garantir os direitos sociais, na qual é mediado pela sociedade durante a formação e a efetivação desses direitos, expressando a capacidade de atuação do profissional e ampliando uma variedade dos serviços prestados.

A forma que o PBF encontrou para o fornecimento de tais benefícios se deu através de condicionalidades para que as famílias consigam permanecer no programa. Elas são monitoradas pelos órgãos municipais e pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Abreu, 2011). A gestão e o acompanhamento das condicionalidades exigem tanto a participação da União, bem como, do Estado e do Município, sendo que a responsabilidade pela operacionalização da gestão recai principalmente sobre os municípios, que são recarregados em tarefas de registro dos acompanhamentos, oferta de serviços e visitas domiciliares (Senna; Brandão; Dalt, 2016). Senna, Brandão e Dalt (2016) também comentam que, a coordenação do PBF na maioria dos municípios é vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social ou a um órgão equivalente, com parte dos coordenadores empregando às áreas de nutrição, serviço social, administração ou psicologia, reforçando que a gestão possui uma ampla capacidade técnica.

Entretanto, mesmo que a maioria das funções sejam responsabilidade do município, o PBF segue as diretrizes nacionais, cabendo a este órgão adaptar-se às características regionais cujo são feitas pelos CRAS (Abreu, 2011). O assistente social é responsável pelo monitoramento contínuo das famílias beneficiárias, garantindo que elas recebam o suporte necessário para atender às exigências do programa (CFESS, 2011). Além disso, o profissional do serviço social é responsável por organizar atividades socioeducativas, como forma de orientação aos beneficiários sobre os seus direitos, bem como, realizar análises das justificativas

apresentadas por eles em casos de descumprimento das condicionalidades do programa, emitindo um parecer que orienta a decisão sobre a aplicação ou não das sanções previstas pelo Bolsa Família (Carnelossi, 2016; Brasil, 2011).

Mesmo com o papel bem definido, o trabalho dos assistentes sociais no PBF é frequentemente alvo de discussão, pois suas ações tendem a ser institucionalizadas e burocráticas, que de acordo com Barroco (2001), reforça o caráter focalista das neopolíticas conservadoras. De acordo com o autor, tal característica revela a tensão existente entre a prática profissional e a estrutura do programa. Sposati (2011) complementa essa análise ao destacar que o cotidiano destes profissionais e o contato com os beneficiários são muitas vezes mediados por sistemas informatizados, resultando em uma atuação robotizada e sistemática, sem considerar as particularidades e necessidades das famílias atendidas.

Esse cenário coloca o Assistente Social em um conflito entre os valores estabelecidos pelo Código de Ética Profissional, especialmente no acompanhamento das condicionalidades que proíbe o profissional de acatar determinações institucionais que contrariem os princípios e diretrizes do próprio código (CFESS, 1993). Então, cabe ao profissional desenvolver técnicas de atuação que priorizem as dimensões: teórico-metodológicas, ao orientar a compreensão crítica da realidade social e das intervenções necessárias; ético-políticas, que garante o compromisso com os princípios de justiça social e direitos humanos; e técnico-operativas, promovendo a autonomia do Assistente Social e a superação dos modelos limitantes das políticas sociais (CFESS, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar a desigualdade de renda e as elevadas taxas de pobreza que marcaram o contexto socioeconômico brasileiro, especialmente antes da criação do Bolsa Família, é importante compreender quais foram os impactos do programa na redução deste problema e os desafios enfrentados durante a implementação. Para isso, foram considerados análises de dados de pobreza e miséria após a concretização do PBF, sendo os principais: economia, educação, saúde e segurança alimentar da população. Os resultados revelam que os programas de transferência de renda, no geral, desempenham um papel crucial na diminuição da pobreza extrema e na melhora de indicadores sociais em todo o país.

Os impactos positivos do Bolsa Família observados durante a pesquisa atuam tanto na educação quanto na saúde, ao contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas. Na educação, é observado um aumento na frequência escolar, redução na defasagem idade-série e diminuição da evasão entre os estudantes que fazem parte do programa. Na saúde, por sua vez, desempenhou um papel importante na redução da mortalidade infantil e na melhoria dos indicadores de saúde entre as crianças e gestantes, que se beneficiaram do fortalecimento da segurança alimentar promovido pelo programa. Estes dados indicam que, ao menos em curto e médio prazo, o programa conseguiu atingir com sucesso suas metas.

No entanto, a pesquisa também identificou desafios e limitações que comprometem a plena efetividade do PBF, como por exemplo, a dificuldade de alcançar algumas regiões mais vulneráveis, as críticas sobre a formação de mão de obra desqualificada devido à falta de investimento em educação de qualidade, e os impactos limitados na promoção de uma mobilidade social efetiva. Por este motivo, é importante reconhecer o papel dos assistentes sociais na operacionalização e efetividade do programa, dado que sua atuação vai além da execução técnica de suas diretrizes. O maior problema está relacionado a criação de abordagens que integrem dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, permitindo a atuação do profissional do Serviço Social que vá além do foco seletivo das políticas condicionantes e que realmente contribua para a autonomia dos beneficiários.

Do ponto de vista social e político, mesmo que o Bolsa Família tenha contribuído para a redução da pobreza, sua eficácia a longo prazo depende da implementação de políticas complementares que abordem as causas estruturais da desigualdade, indo muito além da transferência de renda. A continuidade e o aperfeiçoamento das políticas sociais, com investimentos na educação, saúde e infraestrutura, são essenciais para garantir um impacto mais duradouro. Portanto, é necessário adaptar o programa às novas realidades socioeconômicas do país, com a realização de pesquisas adicionais que explorem o impacto a longo prazo e possíveis novas políticas de inclusão social.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, L. B. P. **O Programa Bolsa Família: entre proteção e a “desproteção” social de seus beneficiários.** Orientador: Prof. Dr. Edson Teixeira da Silva Junior, 2011. 81 f. TCC (Graduação) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/4977>. Acesso em: 05 ago., 2024.

AGUIAR, A. **Serviço Social e Filosofia: as origens a Araxá.** São Paulo: Cortez, 2011.

AMARAL, V. R.; BASSO, D. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, jan./jun., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26767/386>. Acesso em: 05 ago., 2024.

ARAÚJO, V.; FLORES, P. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 63, p. 159-182, set., 2017. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256307>. Acesso em: 18 ago., 2024.

ATKINSON, T. et al. **The Chartbook of Economy Inequality.** United Kingdom: Institute for New Economic Thinking at the Oxford Martin School, 2017.

BARR, N. A. **The economics of the welfare state.** Stanford: Stanford University Press, 1998.

BARRETO, M. L. Desigualdades em saúde: uma perspectiva global. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 7, p. 2097-2108, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017227.02742017>. Acesso em: 05 ago., 2024.

BARRIENTOS, A.; DEBOWICZ, D.; WOOLARD, I. Heterogeneity in Bolsa Família outcomes. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, Champaign, IL, n. 62, p. 33-40, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.qref.2016.07.008>. Acesso em: 07 ago., 2024.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social – Fundamentos Ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2001.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev., 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>. Acesso em: 08 ago., 2024.

BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr., 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100009>. Acesso em: 27 jun., 2024.

BEZERRA, M. S.; OLINDA, R. A.; PEDRAZA, D. F. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3833-3846, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/vpGZNFNcKySWVrVy4KR3Gtc/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 05 ago., 2024.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência social na pandemia da Covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun., 2024.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. Acesso em: 26 jun., 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.934 de 20 de setembro de 2001. Aprova o regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: “Bolsa Alimentação” e dá outras. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 20 set., 2001.

BRASIL. Decreto nº 4.102 de 24 de janeiro de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao “Auxílio Gás”. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 24 jan., 2002.

BRASIL. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jun., 2011.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 15 set., 2006.

BRASIL. Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 abr., 2001.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 09 jan., 2004.

BRASIL. Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis: nº 10.696, de 2 de julho de 2003, nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e nº 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 1, Brasília, DF, 30 dez., 2021.

BRASIL. Lei nº 14.342 de 18 de maio de 2022. Institui o benefício extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que se trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 2, Brasília, DF, 19 mai., 2022.

BRASIL. Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. **Coleção das Leis do Império do Brasil**: parte I., TOMO XXXV, p. 1, 13 mai., 1888.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe a profissão de assistente social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 07 jun., 1993.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 07 dez., 1993.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.164 de 2 de março de 2023. Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para o desconto em folha de pagamento. **Diário Oficial da União**: seção 1, p.1, Brasília, DF, 02 mar., 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 out., 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes da PNAN. Brasília, 22 mar., 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnan/diretrizes>. Acesso em: 13 ago., 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cartilha do Programa Bolsa Família**. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Avaliação de Impactos Econômicos dos Programas Sociais – Programa Bolsa Família**. Brasília, 27 ago., 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/sagi/avaliacao-de-impactos-economicos-dos-programas-sociais-programa-bolsa-familia>. Acesso em: 13 ago., 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Bolsa Família tem em 2023 a maior média de famílias atendidas, de investimento federal e de valor de benefício da história do programa**. Brasília, 11 dez., 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-tem-em-2023-a-maior-media-de-familias-atendidas-de-investimento-federal-e-de-valor-de-beneficio-da-historia-do-programa>. Acesso em: 13 ago., 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF, 2004.

BRAW, A. *et al.* The impact of Bolsa Família on Schooling. **World Development**, v. 70, p. 303-316. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.02.001>. Acesso em: 27 jun., 2024.

BRITO, T. F. The emergence and popularity of conditional cash transfer in Latin America. In: BARRIENTOS, A.; HULME, D. **Social protection for the poor and poorest: concepts, policies and politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000600007>. Acesso em: 05 ago., 2024.

BURLANDY, M. C. M. S. L. *et al.* Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, jan./jun., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/hX4ns6S33QgXP6SDjYQf6bH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun., 2024.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAPUTO, L. R. Formação social brasileira CAPUTO, L. R. **Formação social brasileira, racismo e sofrimento psíquico da população negra: um estudo de revisão na área do Serviço Social**. Orientador: Marco José Oliveira Duarte. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12547>. Acesso em: 19 jun., 2024.

CARNELOSSI, B. C. N. O trabalho do assistente social na gestão do Programa Bolsa Família: ao Código de Ética profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 125, p. 124-147, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.059>. Acesso em: 05 ago., 2024.

CARNELOSSI, B. C. N.; BERNARDES, M. E. M. A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise crítica do Programa Bolsa Família. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 285-313, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n1p285>. Acesso em: 07 ago., 2024.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, jan.-abr. 2013. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S1415-98482013000100004>. Acesso em: 22 jul., 2024.

CODACE. **Comunicado de Datação dos Ciclos Mensais Brasileiros**. Rio de Janeiro, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética profissional do assistente social. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 30 mar., 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética profissional do assistente social. Resolução nº 557, de 15 de setembro de 2009. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 15 set., 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília, DF: CFESS, 2011.

COSTA, D. M.; MAGALHÃES, R.; CARDOSO, M. L. M. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 7, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN207922>. Acesso em: 12 ago., 2024.

COSTA, R. A. *et al.* Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e na renda dos trabalhadores rurais. **Nova Economia**, v. 28, n. 2, p. 385-416, 2018. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/0103-6351/3289>. Acesso em: 15 ago., 2024.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. 54-60, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/v33n1/a08v33n1.pdf>. Acesso em: 05 ago., 2024.

DENES, G.; KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. Uma avaliação dos impactos macroeconômicos e sociais de programas de transferência de renda nos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, v. 72, n. 3, p. 292-312, jul./set., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20180014>. Acesso em: 07 ago., 2024.

DEVEREUX, S. **Social protection for the poor: lessons from recent international experience**. Brighton: Institute of Development studies, 2002.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 47, n. 4, p. 903-918, out./dez., 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032009000400005>. Acesso em: 05 ago., 2024.

FRANCHIKOSKI, S. C.; CESCO, S. Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, pp. 107-130, 2017. <https://doi.org/10.36920/esa-v25n1-5>. Acesso em: 10 ago., 2024.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun., 2024.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2015.
IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

JANUZZI, P. M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília, DF: IPEA, 2013. p. 179-192. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/56ad9594-903d-4a55-83c2-fccfb7179ae3/content>. Acesso em: 07 ago., 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

LANDIM JUNIOR, P. H. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Economia dos municípios brasileiros.** São Paulo: INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13512368-Insper-instituto-de-ensino-e-pesquisa-relatorio-final-os-efeitos-do-programa-bolsa-familia-sobre-a-economia-dos-municipios-brasileiros.html>. Acesso em: 13 ago., 2024.

LICIO, E. C.; MESQUITA, C. S.; CURRALERO, C. R. B. Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 5, set./out., 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902011000500004>. Acesso em: 10 ago., 2024.

LOTTA, G. S.; GONÇALVES, R.; BITELMAN, M. A coordenação federativa de políticas públicas: uma análise das políticas públicas brasileiras nas últimas décadas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 64, p. 2-16, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v19n64.5817>. Acesso em: 27 jun., 2024.

MACIEL, H. H. M.; TEPEDINO, M. L. R.; CAMPELO, S. M. L. **LBA – Trajetórias de uma instituição no contexto das políticas públicas.** In: Debates Sociais, Rio de Janeiro, nº 59, ano XXXVI, 2001.

MARTINS, B. A.; RÜCKERT, F. Q. O Programa Bolsa Família e a educação: uma análise da produção científica brasileira fundamentada na base de dados SciELO (2003-2018). **Revista Brasileira de Educação**, v. 4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240061>. Acesso em: 22 jul., 2024.

MEIRELLES, G. A. L. O serviço social brasileiro frente à desigualdade social e à pauperização. **Revista SER Social**, v. 24, n. 50, jan./jun., p. 71-95, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/sersocial.v24i50.38502>. Acesso em: 08 ago., 2024.

MELO, R. M. S.; DUARTE, G. B. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar do Nordeste do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 48, n. 3, p. 635-656, jul./set., 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032010000300007>. Acesso em: 07 ago., 2024.

MENDONÇA, C. V. C. *et al.* Luz, escuridão e penumbra: o governo de Getúlio Vargas e a Igreja Católica. **Dimensões**, Espírito Santo, v. 26, 2011, p. 277-291. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2594/0>. Acesso em: 19 um., 2024.

MESTRINE, M. L. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 35-43, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009000100005>. Acesso em: 05 ago., 2024.

MORAES, V. D.; MACHADO, C. V. O Programa Bolsa Família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 129-143, set., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S310>. Acesso em: 07 ago., 2024.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2015.

NEVES, E. F. **Formação social do Brasil: etnia, cultura e poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

OLIVEIRA, F. C. C. *et al.* Estado nutricional e fatores determinantes do déficit estatural em crianças cadastradas no Programa Bolsa Família. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 20, n.1, p. 1-18, jan./mar., 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742011000100002>. Acesso em: 05 ago., 2024.

OLIVEIRA; E. M. A. P.; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun., 2024.

PAES-SOUZA, R. Políticas sociais e desigualdade social no Brasil. In: MALDEIRA, L. M. **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

PALMEIRA, P. A.; BEM-LIGNANI, J.; SALLES-COSTA, R. Acesso aos benefícios e programas governamentais e insegurança alimentar nas áreas rurais e urbanas do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 7, p. 258-259, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022277.21592021>. Acesso em: 05 ago., 2024.

PASE, H. L.; MELO, C. C. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 312-329, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/jr9G6qgp3Msfnd7vKWzgcgN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun., 2024.

PAULA, M. G. **A efetivação da assistência social no âmbito das entidades sociais privadas: potencialidades e desafios**. 2014. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/575>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PEREIRA, C. B. **Assistência social em territórios estigmatizados – um estudo da Fundação Leão XIII, em vila Ipiranga, Niterói**. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510670_07_pretextual.pdf. Acesso em: 19 jun., 2024.

PIANA, M. C. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In: PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP, Cultura Acadêmica, 2009. p. 21-56 Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>. Acesso em: 19 jun., 2024.

PIKETTY, T. **O Capital no século XX**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAMOS, D. *et al.* Conditional cash transfer program and child mortality: a cross-sectional analysis nested within the 100 Million Brazilian cohort. **Plos Medicine**, v. 18, n. 1, set., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1003509>. Acesso em: 27 jun., 2024.

ROCHA, S. **Afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROCHA, S. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. In: Anais do Encontro Nacional de Economia, Brasília: ANPEC, 2004.

SAAD, M. G. *et al.* Os determinantes da queda da desigualdade de renda nas regiões brasileiras entre 2001 e 2015. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 104, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510313/2020>. Acesso em: 08 ago., 2024.

SANTOS, K. O. B. *et al.* Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, v. 32, n. 12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/W7bdfWDGNnt6jHCCcChF6Tg/?format=pdf>. Acesso em: 27 jun., 2024.

SANTOS, M. C. S. *et al.* Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescente e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Revista Ciência e**

Saúde Coletiva, v. 24, n. 6, p. 2233-2247, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.19582017>. Acesso em: 18 mar., 2024.

SANTOS, S. N.; TELES, S. B.; BEZERRA, C. A. A. S. A origem do Serviço Social no mundo e no Brasil. **Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 17, p. 151-156, out., 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/844>. Acesso em: 19 jun., 2024.

SENNA, M. C. M; BRANDÃO, A. A; DALT, S. Programa Bolsa Família e o acompanhamento das condicionalidades na área de saúde. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 125, p. 148-166, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.060>. Acesso em 16 maio. 2018.

SERENINI, M. *et al.* A insegurança alimentar pela voz de adolescentes participantes do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 40, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0242>. Acesso em: 05 ago., 2024.

SHEI, A. Brazil's conditional cash transfer program associated with declines in infant mortality rates. **Health Affairs**, v. 32, n. 7, p. 1274-1281, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1377/hlthaff.2012.0827>. Acesso em: 07 ago., 2024.

SILVA, G. S. **Identidades escorregadias**: escravidão, racismo e abolicionismo a partir do jornal Cidade do Rio (1887-1888). Orientadora: Daniela Magalhães da Silveira. 2019. 75 f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Curso de Graduação em História, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28403>. Acesso em: 19 jun., 2024.

SILVA, M. I. A organização política do Serviço Social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”. **Serviço Social & Realidade**, v. 16, n. 2, p. 267-282, 2007. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/113#:~:text=Este%20artigo%20tem%20por%20objetivo%20resgatar%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rica%20do>. Acesso em: 19 jun., 2024.

SILVA, Rodolfo dos Santos; MALLMANN, Loivo José; BALESTRIN, Nádia Luzia. **Estado e políticas sociais no Brasil**: avanços e retrocessos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017.

SIMIONATTO, I. Teoria social crítica e Serviço Social: os 50 anos do movimento de reconceituação. **Sociedade em Debate**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 7-24, 2016. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1415/900>. Acesso em: 26 jun., 2024.

SOUZA, A. A. **Efeito da interação entre saneamento e o Programa Bolsa Família na morbidade e mortalidade por desnutrição e diarreia em crianças menores de cinco anos de idade: um estudo ecológico de municípios brasileiros**. 2020. 271 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva – Área de Concentração em Políticas Públicas, Programas e Serviços de Saúde) - Instituto René Rachou, Fundação

Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43537>. Acesso em: 07 ago., 2024.

SOUZA, D. G.; MEIRELLES, G. A. L.; LIMA, S. M. A. **Capital, trabalho e serviço social (1971-1990)**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SOUZA, P. H. G. F. *et al.* **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade**: um balanço dos primeiros quinze anos. Brasília/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em: 26 jun., 2024.

SOUZA, W. A.; MEXKO, S.; BENELLI, S. J. Política de assistência social e processo de estratégia de hegemonia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Saúde**, São Paulo, v. 42, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003232592>. Acesso em: 18 mar., 2024.

SPOSATI, A. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100012>. Acesso em: 06 ago., 2024.

TEIXEIRA, I. V.; COSTA, B. L. D. Desafios da coordenação federativa da Política de Assistência Social: o papel dos estados no financiamento. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, out./dez., 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1679-395120190158>. Acesso em: 10 ago., 2024.

THALHEIMER, A. **Introdução ao materialismo dialético**: fundamentos da teoria marxista. Rio de Janeiro: CVM, 2014.

VARASCHIN, J. A. A. Plano real: normatização de uma economia financeirizada. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 1, p. 85-99, jan./abr., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n1art05>. Acesso em: 26 jun., 2024.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun., 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>. Acesso em: 10 ago., 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e seu projeto ético-político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (org.). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019. p. 86-101.